



PROCURADOR

Caderno de Questões

Data da prova: 11 de outubro de 2026.

Duração máxima da prova: 3(três) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta.

INSTRUÇÕES:

1. Este caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas com 04 (quatro) opções (A, B, C, D). A prova terá duração máxima de 03 (três) horas. A prova terá seu horário de início em sala, a contar após a distribuição dos cadernos de prova e autorização do aplicador(a).
2. Confira em seu caderno de provas a sequência de questões. Você tem até 10 (dez) minutos do início das provas para solicitar a troca do caderno de provas que apresentar algum problema de impressão ou qualquer outro que inviabilize a realização da mesma, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova. Portanto, ao aplicador(a) de sala e fiscais não há autorização para fornecer esclarecimentos sobre o conteúdo das provas, sendo esta atribuição de única e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a).
4. Você receberá do aplicador o cartão de respostas 30 (trinta) minutos após o início da prova, o cartão de respostas deverá obrigatoriamente ser assinado pelo(a) candidato(a) no local em que há a indicação: “**ASSINATURA**”, utilizando sempre caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
5. Caso realmente precise, utilize como rascunho os espaços em branco nas folhas do caderno de prova. Sugerimos que você assinale, inicialmente, no próprio caderno de provas, todas as respostas que julgar correta. Depois, passe-as para o cartão de respostas.
6. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão **ANULADAS**. Portanto, ao preencher o cartão de respostas faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do(a) candidato(a).
7. Ao terminar a prova ou findo o horário limite para sua realização, o candidato deverá **OBRIGATORIAMENTE** entregar seu cartão de respostas “**ASSINADO**”, ao aplicador(a) de sala. O(a) candidato(a) que não devolver seu cartão de respostas será automaticamente **eliminado(a)** e não terá classificação alguma no concurso público.
8. **Atenção!** Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.
9. Somente será permitido levar o caderno de questões (prova), depois de decorrido o período de **120 (cento e vinte) minutos do início das provas.**
10. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos, assim como os demais procedimentos constantes no subitem 13.11 e no subitem 13.13 do Edital nº 001/2026.
11. Após o término da prova, o(a) candidato(a) deverá deixar imediatamente o recinto da mesma, sendo **terminantemente proibido** fazer contato com os(as) candidatos(as) que ainda não terminaram a prova sob pena de ser excluído do concurso público.
12. O desrespeito às normas que regem o presente concurso público, bem como, a desobediência às exigências registradas no edital, além de sanções legais cabíveis implica na desclassificação do candidato.
13. Os dois últimos candidatos ao terminarem as provas deverão retirar-se da sala simultaneamente, após testemunharem o fechamento (lacre) do envelope de provas, assinando a Ata Relatário.
14. O candidato, após a divulgação dos gabaritos preliminares da prova objetiva, que será feita na página do concurso público acessível através do site www.idesg.org.br, na data prevista no ANEXO I – Cronograma geral de datas e eventos do Edital nº 001/2026, poderá peticionar **RECURSO** à banca examinadora, quando julgar que ocorreu erro na formulação das questões e divulgação do gabarito preliminar, observado o item 17 do Edital nº 001/2026.

BOA PROVA!!!

ATENÇÃO!!!

- O CARTÃO DE RESPOSTAS ABAIXO DEVE SER UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE COMO RASCUNHO, NÃO SERÁ CONSIDERADO EM HIPÓTESE ALGUMA PARA CORREÇÃO.
- AO RECEBER O CARTÃO DE RESPOSTAS DEFINITIVO CONFIRA OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO (NOME, CARGO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO) E EM SEGUIDA ASSINE NO LOCAL INDICADO.

CARTÃO DE RESPOSTAS


CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES
Preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva.

Nome: _____

Cargo: _____

Local: _____

Nº de inscrição: _____ Data: 11/10/2026 Turno: _____

* Marcar apenas uma opção para cada questão, evitando-se ultrapassar o círculo;

* O círculo correspondente à questão escolhida deve ser totalmente preenchido, evitando-se ultrapassar o círculo;

* Marcar apenas a quantidade de questões existentes na sua prova;

* Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta, não rasurar ou sujar o cartão;

É NECESSIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DOS DADOS DE SEU CARTÃO DE RESPOSTA

Nº DE INSCRIÇÃO

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D

Assinatura do(a) candidato(a)

Tipo de prova

Padrão

ATENÇÃO:

- O(a) candidato(a) deverá **OBRIGATORIAMENTE**, entregar seu cartão de repostas definitivo preenchido e **ASSINADO**, sob pena de ter seu cartão de respostas **ANULADO**. (item 12.14 do edital nº 001/2026).
- Preencha o cartão-resposta na mesma sequência numérica das questões do caderno de provas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões de 01 a 05, leia o texto abaixo.



Fonte: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho>.

01. A progressão da tirinha estabelece um contraste entre a explicação sobre os efeitos ambientais do desmatamento e a intervenção da personagem no último quadro. O efeito crítico produzido por essa contraposição decorre principalmente:

- (A) Da rejeição às formas digitais de comunicação como fontes possíveis de informação científica.
- (B) Da substituição do argumento científico por uma experiência pessoal capaz de conferir maior credibilidade ao enunciado.
- (C) Da equiparação irônica entre uma afirmação sem fundamentação explicitada e conhecimentos de natureza científica.
- (D) Da incompatibilidade entre o discurso ambiental apresentado e as consequências visuais do desmatamento.

02. No trecho “Eu vi um meme que desmente isso!”, o pronome demonstrativo “isso” exerce papel relevante na articulação entre as falas da tirinha. Sob a perspectiva da coesão textual, esse elemento:

- (A) recupera especificamente o substantivo “planeta”, empregado na fala anterior.
- (B) antecipa uma informação que será explicitada posteriormente pela personagem.
- (C) substitui nominalmente a expressão “efeito estufa”, preservando apenas seu referente lexical.
- (D) encapsula o conteúdo proposicional anteriormente enunciado sobre o efeito do carbono liberado.

03. No segmento “O carbono liberado [...] aumenta o efeito estufa do planeta”, a organização sintática da oração está corretamente descrita em:

- (A) “O carbono liberado” exerce função de sujeito simples, e “o efeito estufa do planeta” funciona como objeto direto.
- (B) “O carbono” constitui sujeito composto, enquanto “liberado” funciona como predicativo desse sujeito.
- (C) “o efeito estufa” exerce função de sujeito posposto, e “do planeta” completa o sentido do verbo “aumenta”.
- (D) “liberado” integra o predicado verbo-nominal, atribuindo circunstancialmente um estado ao sujeito.



04. Ainda no trecho “Eu vi um meme que desmente isso!”, a palavra “que” estabelece relação entre “meme” e a oração subsequente. Sua classificação e sua função sintática nessa construção são, respectivamente:

- (A) Pronome demonstrativo e adjunto adnominal de “meme”.
- (B) Conjunção subordinativa e predicativo do sujeito oculto.
- (C) Conjunção integrante e objeto direto de “desmente”.
- (D) Pronome relativo e sujeito de “desmente”.

05. No trecho “Além de afetar o regime de chuvas das outras regiões...”, o vocábulo “regime” assume, no contexto, o sentido de:

- (A) Padrão de distribuição e comportamento das chuvas ao longo de determinado período.
- (B) Método empregado para medir a intensidade das precipitações em áreas florestais.
- (C) Sistema político responsável pelo planejamento ambiental das regiões afetadas.
- (D) Conjunto de regras administrativas que disciplinam a ocorrência das chuvas.

06. Na revisão de um comunicado interno, o servidor precisa escolher a única redação inteiramente de acordo com a norma-padrão. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O relatório financeiro e as planilhas correspondentes seguem anexos ao processo, e a assinatura da chefia e a publicação do aviso permanecem pendentes.
- (B) O relatório financeiro e as planilhas correspondentes segue anexos ao processo, e a assinatura da chefia e a publicação do aviso permanecem pendentes.
- (C) O relatório financeiro e as planilhas correspondentes seguem anexo ao processo, e a assinatura da chefia e a publicação do aviso permanecem pendentes.
- (D) O relatório financeiro e as planilhas correspondentes seguem anexos ao processo, e a assinatura da chefia e a publicação do aviso permanece pendente.

07. Assinale a alternativa em que a frase está inteiramente CORRETA quanto às relações estabelecidas entre os termos e ao emprego do acento indicativo de crase.

- (A) A servidora informou à chefia de que o prazo havia mudado e pediu prioridade à análise da matéria encaminhada naquela manhã pelo setor responsável.
- (B) A equipe preferiu revisar o ofício do que encaminhá-lo à presidência e assistiu à reunião convocada pela chefia para discutir os dados apresentados.
- (C) O setor procedeu à conferência dos documentos, respondeu às solicitações apresentadas e obedeceu às orientações transmitidas pela chefia durante a reunião administrativa.
- (D) O servidor aspirava a função de coordenação, dirigiu-se à presidência e informou à chefia que permaneceria disponível para assumir novas atribuições administrativas.

EM BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES

Concurso Público nº 001/2026 – Edital nº 001/2026

08. Um aviso deve informar que, entre os fornecedores cadastrados, participarão da próxima etapa os que entregaram a documentação dentro do prazo. Marque a alternativa CORRETA quanto à pontuação e ao sentido pretendido.

- (A) Os fornecedores que entregaram a documentação no prazo participarão, da próxima etapa do procedimento.
- (B) Os fornecedores que entregaram a documentação no prazo, participarão da próxima etapa do procedimento.
- (C) Os fornecedores, que entregaram a documentação no prazo, participarão da próxima etapa do procedimento.
- (D) Os fornecedores que entregaram a documentação no prazo participarão da próxima etapa do procedimento.

09. Assinale a alternativa que apresenta uma frase apropriada para uma comunicação administrativa e escrita de acordo com a norma-padrão.

- (A) O comprovante que encaminham-me ontem deve ser anexado ao processo antes que a chefia conclua a conferência dos dados apresentados.
- (B) Quando o sistema liberar o documento, encaminhe-o à chefia e informe-lhe que a providência foi concluída dentro do prazo estabelecido.
- (C) O servidor havia encaminhado-lhe o comprovante antes que a chefia solicitasse a inclusão dos dados complementares no processo administrativo correspondente.
- (D) Assim que entregar-lhe os documentos, peça ao destinatário que confirme o recebimento e registre a conclusão do procedimento no sistema.

10. Sobre a manutenção ou a alteração do sentido em frases utilizadas no trabalho administrativo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na frase “A diretora comunicou à assessora que seu relatório precisava de ajustes”, trocar “seu relatório” por “o relatório sob responsabilidade da assessora” elimina a ambiguidade existente.
- II. Na frase “A chefia decidiu ratificar o documento”, substituir “ratificar” por “retificar” preserva o sentido de confirmar o conteúdo antes do arquivamento definitivo do processo pela equipe.
- III. A frase “A comissão aprovou o texto, mas sugeriu ajustes” mantém o sentido básico original quando a palavra “mas” é substituída por “porém” no mesmo contexto administrativo.
- IV. Na frase “O servidor informou ao chefe que seu pedido havia sido aceito”, o termo “seu” identifica de maneira inequívoca o servidor como responsável pelo pedido mencionado.
- V. Na frase “A cidade acordou assustada com a notícia”, a palavra “cidade” pode designar os moradores locais, preservando o sentido figurado construído pelo contexto apresentado no enunciado.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.

EM BRANCO



INFORMÁTICA

11. Na proteção de uma estação de trabalho contra ransomware, vírus e outras formas de malware, o antivírus constitui uma camada importante, mas integra um conjunto mais amplo de cuidados. É **CORRETO** afirmar que:

- (A) A atualização do antivírus permite abrir anexos recebidos de remetentes conhecidos, enquanto cópias sincronizadas em tempo real na mesma unidade garantem a recuperação dos arquivos atingidos por criptografia maliciosa.
- (B) A redução do risco combina atualizações, cautela com links e anexos, proteção ativa e cópias de segurança isoladas e testadas, pois controles isolados podem falhar diante de ameaças recentes.
- (C) O bloqueio de um arquivo pelo navegador pode ser superado após uma varredura local, enquanto o histórico do remetente fornece evidência suficiente para liberar anexos compactados protegidos por senha.
- (D) A restauração após um ataque deve priorizar cópias conectadas continuamente ao mesmo equipamento, porque a sincronização imediata preserva versões íntegras durante a alteração automática dos arquivos atingidos pela ameaça.

12. Na organização de uma videoconferência com participantes internos e externos, o responsável precisa controlar a entrada, distribuir funções e reduzir o risco de compartilhamentos indevidos. Marque a alternativa **CORRETA** sobre os recursos do Microsoft Teams, do Zoom e do Google Meet.

- (A) A sala de espera do Zoom e o lobby do Teams controlam os microfones na entrada, enquanto o bloqueio da reunião mantém novos participantes aguardando autorização do organizador responsável.
- (B) O bloqueio da reunião no Zoom direciona novas entradas à sala de espera, enquanto os controles de anfitrião do Meet ficam restritos à criação e ao compartilhamento do link.
- (C) A atribuição de coorganizador no Meet transfere o controle permanente da conta, enquanto apresentadores do Teams ingressam diretamente em reuniões futuras criadas pelo mesmo organizador da organização pública municipal.
- (D) O lobby do Teams e a sala de espera do Zoom permitem controlar admissões, o bloqueio do Zoom impede entradas e o Meet oferece controles de acesso e coorganizadores.

13. Assinale a alternativa que apresenta o uso **CORRETO** do campo de cópia oculta (Cco) e dos comandos de resposta em uma mensagem enviada a várias pessoas externas com um arquivo anexado.

- (A) Inserir os destinatários externos no campo Cco oculta os endereços entre eles, e Responder a Todos alcança remetente, Para e Cc, deixando o anexo original fora da nova mensagem.
- (B) Inserir os destinatários no campo Cc oculta os endereços entre eles, e Responder preserva o anexo original ao enviar a mensagem ao remetente da conversa recebida por e-mail.
- (C) Inserir os destinatários no campo Para protege a lista de contatos, e Encaminhar direciona a resposta ao remetente original e aos endereços no campo Cc da mensagem eletrônica recebida.
- (D) Inserir destinatários no campo Cco impede que revelem a própria participação, e Responder a Todos envia a mensagem também aos demais destinatários originalmente ocultos na comunicação eletrônica recebida inicialmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES

Concurso Público nº 001/2026 – Edital nº 001/2026

14. No Microsoft Excel 2019, versão em português e nas configurações padrão, as células B2:B6 contêm, respectivamente, os valores: 8, 14, 20, 6 e 12. Na célula C2 foi inserida a fórmula:

=MÁXIMO(B2:B6)-MÍNIMO(B2:B6)+MÉDIA(B2:B6)

O resultado apresentado em C2 será:

- (A) 20 (B) 24 (C) 26 (D) 28

15. No Microsoft PowerPoint 2019, versão em português e nas configurações padrão, três objetos de um slide receberam efeitos de animação. O primeiro deve surgir mediante clique do apresentador; o segundo deve iniciar automaticamente no mesmo instante do primeiro; o terceiro deve começar somente após a conclusão do segundo. As opções de início dos três efeitos devem ser configuradas, respectivamente, como:

- (A) Ao Clicar – Com o Anterior – Após o Anterior.
(B) Com o Anterior – Ao Clicar – Após o Anterior.
(C) Ao Clicar – Após o Anterior – Com o Anterior.
(D) Após o Anterior – Com o Anterior – Ao Clicar.

16. No Microsoft Word 2019, versão em português e nas configurações padrão, um relatório possui cabeçalho institucional e numeração automática de páginas inserida no rodapé. Durante a edição, o usuário acrescenta texto ao corpo do documento, provocando alteração na distribuição do conteúdo entre as páginas. Nessa situação:

- (A) O rodapé da página modificada perde automaticamente seu vínculo com os demais.
(B) A numeração automática passa a funcionar como texto estático após a alteração.
(C) O cabeçalho precisa ser reinserido sempre que o número total de páginas muda.
(D) A paginação pode ser recalculada sem eliminar os elementos automáticos inseridos.

17. Sobre a navegação privativa e os recursos de segurança disponíveis nos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, considere as afirmativas a seguir e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ☐ Ao encerrar uma janela anônima ou privativa, o navegador remove do dispositivo os arquivos baixados e os favoritos criados durante aquela sessão de navegação.
- ☐ A navegação privativa reduz registros locais, mas os sites visitados, o administrador da rede e o provedor ainda podem observar parte da atividade realizada.
- ☐ A Navegação segura do Chrome pode alertar sobre sites, extensões e downloads perigosos conforme o nível de proteção escolhido pelo usuário no navegador utilizado.
- ☐ O modo HTTPS-Only do Firefox cria uma versão segura de qualquer página HTTP e examina os arquivos baixados antes de permitir sua abertura.

A sequência CORRETA é:

- (A) V, F, V, F.
(B) V, V, F, F.
(C) F, V, V, F.
(D) F, F, V, V.



18. No Microsoft Excel 2019, versão em português e nas configurações padrão, uma tabela contém, em cada linha, produto, setor e quantidade vendida. Pretende-se ordenar os registros pela quantidade, do maior para o menor, mantendo corretamente associadas as demais informações de cada registro. Para realizar a operação de modo adequado, deve-se:

- (A) Classificar apenas a coluna numérica e reorganizar depois as demais colunas.
- (B) Converter os valores numéricos em texto antes de iniciar a classificação.
- (C) Expandir a seleção para incluir todos os campos relacionados aos registros.
- (D) Criar previamente um gráfico e utilizar a ordem exibida nele como referência.

19. No Microsoft PowerPoint 2019, versão em português e nas configurações padrão, um slide utiliza um layout com espaços reservados para título e conteúdo. O usuário decide alterar esse slide para um layout que contenha dois espaços distintos de conteúdo, preservando, tanto quanto possível, os elementos já inseridos. Nessa situação, a alteração do layout:

- (A) Modifica a estrutura de espaços reservados do slide, podendo reposicionar o conteúdo existente.
- (B) Transforma os objetos já inseridos em imagens para evitar incompatibilidade de posicionamento.
- (C) Converte automaticamente todos os objetos inseridos em elementos do slide mestre.
- (D) Substitui o tema aplicado à apresentação pela formatação padrão do novo layout.

20. Sobre a busca de informações e a impressão de páginas nos navegadores de internet, analise as afirmativas a seguir:

- I. O uso de aspas em torno de uma expressão orienta o Google a procurar resultados que contenham a correspondência exata daquela frase.
- II. O operador site: exclui o domínio indicado dos resultados, enquanto o sinal de menos restringe a busca às páginas publicadas naquele domínio.
- III. A visualização de impressão deve ser conferida, pois uma página pode adotar no papel um layout diferente daquele exibido originalmente na tela.
- IV. A impressão simplificada do Firefox preserva anúncios, botões e imagens de fundo para reproduzir no papel a aparência completa mostrada no navegador.
- V. O Microsoft Edge permite selecionar uma parte da página e acionar a impressão pelo menu de contexto para limitar o conteúdo impresso.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.

EM BRANCO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Lei do Município de Água Doce do Norte é impugnada sob alegação de incompatibilidade com preceito da Constituição Federal que constitui norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais. Discute-se a via adequada para o controle abstrato. À luz da sistemática constitucional e da jurisprudência do STF:

- (A) A reprodução obrigatória converte a lei municipal em ato normativo estadual para fins de competência jurisdicional.
- (B) A lei municipal pode ser objeto de ADI diretamente perante o STF quando o parâmetro federal for de reprodução obrigatória.
- (C) O controle abstrato perante o Tribunal de Justiça restringe-se a normas estaduais, cabendo controle difuso para atos municipais.
- (D) O Tribunal de Justiça pode exercer controle abstrato, utilizando norma estadual que reproduza obrigatoriamente o parâmetro federal.

22. O Prefeito encaminha projeto de sua iniciativa privativa destinado à reorganização do regime jurídico de servidores municipais. Durante a tramitação, vereador apresenta emenda que, além de alterar matéria abrangida pela proposição, eleva a despesa originalmente projetada. Sob a ótica constitucional, a emenda:

- (A) Padece de inconstitucionalidade formal pela majoração da despesa em proposição submetida à iniciativa reservada.
- (B) Permanece válida se guardar pertinência temática, ainda que amplie a repercussão financeira do projeto originário.
- (C) Torna-se admissível mediante aprovação por maioria absoluta, por decorrer do poder parlamentar de emenda.
- (D) Somente apresentará vício quando modificar a estrutura administrativa prevista na proposição do executivo.

23. Pretende-se alterar a Lei Orgânica de Água Doce do Norte. A proposta conta com apoio de um terço dos Vereadores e, posteriormente, alcança dois terços dos votos em primeira deliberação. Para sua aprovação definitiva, o regime local exige:

- (A) Segundo turno após cinco dias e sanção do Prefeito para integração ao texto orgânico.
- (B) Segundo turno após dez dias e posterior encaminhamento ao Prefeito para promulgação.
- (C) Nova votação na sessão subsequente, seguida de promulgação pelo Presidente da Câmara.
- (D) Dois turnos, interstício mínimo de dez dias e dois terços em cada votação, com promulgação pela Mesa.

24. A CPI regularmente instituída na Câmara Municipal pretende adotar medidas destinadas à obtenção de elementos probatórios relacionados diretamente ao fato determinado que fundamentou sua criação. Entre as providências abaixo, encontra-se inserida nos poderes investigatórios parlamentares, desde que adequadamente fundamentada:

- (A) Expedir mandado de busca domiciliar para apreensão de documentos vinculados aos fatos apurados.
- (B) Interceptar comunicações telefônicas em curso para documentar tratativas entre os investigados.
- (C) Decretar prisão preventiva quando presentes indícios de destruição de elementos probatórios.
- (D) Determinar quebra de sigilo bancário e de dados telefônicos pertinentes à investigação.

EM BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES

Concurso Público nº 001/2026 – Edital nº 001/2026

25. A eleição para a renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Água Doce do Norte para o segundo biênio da legislatura, de acordo com a redação vigente do Regimento Interno, será realizada:

- (A) Na última sessão ordinária de outubro, com posse imediata dos eleitos.
- (B) Na sessão de encerramento do segundo ano, com posse após o recesso parlamentar.
- (C) Na primeira sessão ordinária de novembro do segundo ano da legislatura, com posse em 1º de janeiro.
- (D) Em 10 de setembro do segundo ano, com mandato iniciado na sessão legislativa seguinte.

26. O Prefeito recebe autógrafo de projeto aprovado pela Câmara e entende que determinado dispositivo contraria o interesse público. Decide exercer o veto parcial. Segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara de Água Doce do Norte:

- (A) A manifestação deverá ocorrer em quinze dias corridos, sob pena de promulgação direta pela Câmara.
- (B) O veto deve ocorrer em dez dias úteis, cabendo à Comissão de Justiça apreciá-lo em quinze dias.
- (C) O veto deve ocorrer em quinze dias úteis, e suas razões serão comunicadas ao Presidente em quarenta e oito horas.
- (D) O Prefeito dispõe de trinta dias para vetar, coincidindo esse prazo com o reservado à apreciação legislativa.

27. No exame anual das contas do Chefe do Executivo, o Tribunal de Contas do Estado emite parecer prévio desfavorável. Após instrução regular, a maioria absoluta dos Vereadores vota pela aprovação das contas, contrariando o pronunciamento técnico. À luz da Lei Orgânica de Água Doce do Norte, essa deliberação:

- (A) Prevalece, porque à Câmara compete o julgamento político das contas independentemente de quórum qualificado.
- (B) Depende de ratificação posterior do Tribunal de Contas, diante da divergência entre o julgamento e o parecer.
- (C) Produz efeitos se a decisão parlamentar for devidamente motivada e precedida de contraditório ao Prefeito.
- (D) Não afasta o parecer prévio, pois são necessários dois terços dos membros da Câmara para tanto.

28. A Procuradoria revisa uma autorização urbanística que foi integralmente cumprida, com a conclusão das obras e a constituição definitiva da situação jurídica. Na época da expedição, o procedimento adotado era admitido por um ato normativo municipal de caráter geral e por uma prática administrativa reiterada e amplamente conhecida. Anos depois, a Administração passou a adotar uma orientação contrária e pretende invalidar retroativamente a autorização com fundamento exclusivo nessa mudança. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A orientação posterior alcança os atos anteriores porque a legalidade administrativa possui efeito retrospectivo, desde que a autoridade motive a incompatibilidade atual e preserve eventual indenização pelos prejuízos comprovados.
- (B) A revisão deve considerar as orientações gerais vigentes quando o ato se completou, sendo vedada a declaração de invalidade fundada exclusivamente em mudança posterior de orientação geral.
- (C) A proteção depende de jurisprudência judicial majoritária existente na época, pois atos normativos gerais e práticas administrativas reiteradas não integram o conceito legal de orientação geral.
- (D) A mudança posterior impede sanções pessoais ao agente, mas permite invalidar a situação constituída e desfazer seus efeitos administrativos com fundamento na orientação atualmente adotada.

EM BRANCO



29. Ao final da fase preparatória de procedimento licitatório instaurado pela Câmara Municipal, o processo é encaminhado ao órgão jurídico. Discute-se, entretanto, a possibilidade de estabelecer previamente situações em que a análise jurídica seja dispensada. A Lei nº 14.133/2021:

- (A) Atribui ao agente de contratação a dispensa casuística do exame jurídico quando adotar minuta anteriormente aprovada.
- (B) Restringe a dispensa aos contratos de pronta entrega situados abaixo dos limites previstos para contratação direta.
- (C) Transfere à autoridade administrativa competente a decisão discricionária sobre a utilidade do parecer em cada processo.
- (D) Admite hipóteses previamente definidas pela autoridade jurídica máxima competente, segundo critérios estabelecidos pela própria lei.

30. Procurador legislativo emite parecer pela juridicidade de determinado ato administrativo com fundamento em interpretação plausível da legislação e em precedente jurisprudencial ainda controvertido. Anos depois, outra interpretação prevalece judicialmente, e pretende-se imputar improbidade ao parecerista pela divergência. À luz da redação vigente da Lei nº 8.429/1992:

- (A) A responsabilidade decorre da voluntariedade na emissão do parecer, prescindindo de finalidade ilícita específica.
- (B) A divergência interpretativa fundada em jurisprudência, ainda não pacificada, não configura por si ato de improbidade.
- (C) O desacerto jurídico configura violação aos princípios administrativos quando produzir qualquer vantagem ao beneficiário.
- (D) A superação posterior do precedente caracteriza dolo superveniente quando o parecer tenha influenciado o ato administrativo.

31. Um fornecedor ajuíza uma ação monitória contra o Município, instruída com uma prova escrita desprovida de eficácia executiva. O valor cobrado supera o limite legal que dispensaria a remessa necessária, e a pretensão não se fundamenta em precedente ou orientação administrativa que afaste o reexame obrigatório. Depois de citado, o Município não cumpre o mandado nem apresenta embargos. Assinale a alternativa CORRETA sobre a formação do título e o prosseguimento do processo.

- (A) A ausência de embargos constitui título executivo plenamente eficaz e afasta a remessa necessária, porque o procedimento monitório seria incompatível com o reexame obrigatório previsto para sentenças comuns.
- (B) A Fazenda deve oferecer embargos em processo autônomo e garantir previamente o juízo, pois a omissão converte o mandado monitório em obrigação administrativa definitiva e imediatamente exigível.
- (C) O título forma-se de pleno direito e autoriza a expedição imediata do requisitório, porque a remessa necessária alcança apenas sentenças condenatórias proferidas pelo procedimento comum.
- (D) O título executivo judicial constitui-se de pleno direito, mas a decisão submete-se à remessa necessária antes do prosseguimento pelo regime de cumprimento contra a Fazenda Pública.

EM BRANCO



32. Eleitores pretendem apresentar diretamente à Câmara Municipal projeto de lei sobre matéria admissível à iniciativa popular. A proposta reúne assinaturas correspondentes a 5% do eleitorado municipal e satisfaz as exigências formais de identificação. Segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno:

- (A) O projeto depende de subscrição por 10% dos eleitores e tramita pelo rito reservado às proposições da Mesa Diretora.
- (B) A proposição dispensa exame pelas Comissões e deve ingressar diretamente na Ordem do Dia após sua protocolização.
- (C) A proposta tem tramitação própria, prioridade na Ordem do Dia e admite defesa plenária por signatário habilitado.
- (D) O projeto exige referendo posterior para adquirir eficácia normativa após sanção ou promulgação.

33. Uma lei municipal cria um subsídio mensal destinado à manutenção de determinada atividade econômica durante quatro exercícios financeiros. O projeto aumenta uma despesa corrente e indica, como fonte de custeio, o superávit financeiro disponível no exercício inicial. O proponente sustenta que a duração previamente definida da medida afasta a necessidade de compensação permanente. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A medida constitui despesa obrigatória de caráter continuado, exige estimativa, demonstração da origem dos recursos, preservação das metas fiscais e compensação permanente implementada antes do início da execução.
- (B) A duração previamente fixada afasta o caráter continuado, bastando indicar dotação anual e renovar a autorização nas leis orçamentárias dos quatro exercícios em que o subsídio será pago.
- (C) O superávit financeiro atende à compensação permanente, pois representa disponibilidade já constituída e pode custear o programa durante toda a vigência quando reservado exclusivamente a essa finalidade.
- (D) A medida se submete apenas às exigências gerais de expansão da ação governamental, porque a compensação permanente alcança obrigações indeterminadas ou benefícios diretamente vinculados à seguridade social.

34. Uma empresa privada opera um aterro de resíduos e promove sucessivas deposições irregulares, causando a contaminação do solo e das águas subterrâneas. O órgão ambiental municipal recebeu relatórios técnicos sobre a situação, mas deixou de fiscalizar e de adotar providências, contribuindo de maneira determinante para a continuidade e o agravamento da degradação. Na ação civil pública, discute-se a responsabilidade da empresa e do Município. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A responsabilidade municipal é subjetiva e depende da identificação do agente público culpado, embora o Município possa responder depois de esgotado o patrimônio da empresa responsável pelo aterro.
- (B) A solidariedade autoriza executar imediatamente e em igualdade o Município e o degradador direto, pois a omissão fiscalizatória elimina qualquer ordem de preferência entre os responsáveis pelo dano.
- (C) A omissão determinante gera responsabilidade objetiva e solidária do Município, com execução subsidiária, e não impõe litisconsórcio passivo necessário entre ele e os demais possíveis corresponsáveis.
- (D) A contratação do operador privado rompe o nexo com o Município, cuja responsabilidade fica restrita às medidas administrativas aplicáveis aos servidores que deixaram de fiscalizar a atividade licenciada.

EM BRANCO



35. A Constituição Federal assegura o direito de propriedade e estabelece os pressupostos gerais para a desapropriação. Considerando exclusivamente as disposições constitucionais sobre a matéria, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, será realizada, em qualquer hipótese, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, não admitindo a Constituição forma diversa de indenização.
- (B) A desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, observará procedimento estabelecido em lei e, como regra, será realizada mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na própria Constituição.
- (C) O descumprimento da função social da propriedade autoriza, por si só e em qualquer hipótese, a desapropriação sem qualquer espécie de indenização ao proprietário.
- (D) A competência privativa da União para legislar sobre desapropriação impede que os Municípios adotem medidas expropriatórias relacionadas ao exercício de suas competências constitucionais.

36. Uma profissional foi contratada diretamente pelo Município com fundamento em uma lei local de contratação temporária. Após sucessivas renovações, ajuizou uma ação perante a Justiça do Trabalho, na qual sustenta o desvirtuamento da contratação, pede o reconhecimento de vínculo de emprego e requer parcelas previstas na legislação trabalhista. Não houve admissão pelo regime celetista mediante concurso público. Assinale a alternativa CORRETA sobre a competência jurisdicional.

- (A) A Justiça comum é competente, pois a controvérsia exige examinar a validade e os efeitos de um vínculo jurídico-administrativo temporário, ainda que a autora formule pedidos fundados na legislação trabalhista.
- (B) A Justiça do Trabalho é competente porque os pedidos de reconhecimento do emprego e de parcelas trabalhistas definem a natureza da demanda, ainda que a contratação tenha seguido uma lei municipal temporária.
- (C) A Justiça do Trabalho deve declarar inicialmente a nulidade das renovações e remeter depois à Justiça comum apenas a apuração das parcelas decorrentes do vínculo administrativo reconhecido.
- (D) A competência depende das atividades efetivamente exercidas, cabendo à Justiça do Trabalho quando houver subordinação cotidiana e à Justiça comum quando predominarem funções próprias de servidor estatutário.

37. Durante um procedimento municipal de licenciamento ambiental, um servidor público insere conscientemente uma afirmação falsa em um despacho e omite dados técnico-científicos relevantes para favorecer o interessado. O servidor não elabora nem apresenta estudo, laudo ou relatório ambiental, e a irregularidade é descoberta antes da expedição de qualquer licença. Considerando a tipificação específica da Lei de Crimes Ambientais, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A conduta configura concessão irregular de licença ambiental, porque a inserção dos dados falsos demonstra o propósito de obter o ato autorizativo, ainda que ele não tenha sido expedido.
- (B) A conduta caracteriza descumprimento de obrigação ambiental relevante, pois o dever funcional de informar corretamente absorve a falsidade praticada no procedimento administrativo de licenciamento municipal.
- (C) A conduta configura apresentação de relatório ambiental enganoso, porque qualquer informação técnico-científica inserida no licenciamento equivale juridicamente a estudo, laudo ou relatório apresentado à Administração.
- (D) A conduta caracteriza o crime de fazer afirmação falsa e omitir a verdade por funcionário público em procedimento de licenciamento ambiental, independentemente da posterior expedição da licença.

38. Na reorganização da Procuradoria Municipal, discutem-se a validade de uma consulta jurídica oral desprovida de procuração, a possibilidade de direção jurídica por gestor não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o regime profissional dos procuradores e sua participação na elaboração de projetos legislativos. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A consulta jurídica exige manifestação escrita e mandato, a direção pode ser exercida por gestor não inscrito, e o procurador se submete exclusivamente ao regime funcional, ficando impedido de colaborar no processo legislativo municipal.
- (B) A assessoria pode ser verbal e dispensa mandato, mas a direção jurídica admite gestor não inscrito, e o procurador se submete à OAB apenas quando atua judicialmente, podendo colaborar no processo legislativo municipal.
- (C) Consultoria e assessoria podem ser verbais ou escritas e independem de mandato, a direção jurídica é privativa de advogado, e o procurador se submete à OAB e ao regime próprio, podendo atuar no processo legislativo.
- (D) A consultoria depende de mandato quando prestada verbalmente, a direção jurídica é privativa de advogado, e o procurador fica sujeito apenas ao regime da OAB, sendo vedada sua participação na elaboração de normas jurídicas municipais.

39. Durante a execução regular do serviço municipal de transporte coletivo, um ônibus pertencente à concessionária atinge um pedestre que não utilizava o serviço. A empresa sustenta que a responsabilidade objetiva prevista para as prestadoras de serviços públicos alcança os passageiros, mas não os terceiros estranhos à relação contratual. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A concessionária responde objetivamente perante usuários e não usuários, desde que demonstrado o nexo causal, podendo afastar a responsabilidade mediante prova de causa excludente apta a romper esse vínculo.
- (B) A responsabilidade perante o pedestre é subjetiva, porque a proteção objetiva do serviço público alcança apenas os usuários vinculados contratualmente à concessionária no momento da ocorrência do evento danoso.
- (C) O pedestre deve demandar diretamente o Município, pois a concessionária responde objetivamente apenas aos passageiros e regressivamente ao poder concedente quando comprovada a culpa do motorista responsável.
- (D) A responsabilidade da concessionária é integral perante terceiros não usuários, razão pela qual a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito externo e a ausência de nexo não interferem no dever reparatório.

40. Duas ações civis públicas conexas, com pedidos de alcance nacional, são ajuizadas em capitais que atendem à regra legal de competência aplicável às demandas coletivas nacionais ou regionais. O primeiro juízo conheceu da ação antes do segundo. A parte ré sustenta que cada sentença deve produzir efeitos restritos ao território do respectivo órgão julgador e que as ações podem tramitar separadamente por terem autores coletivos diferentes. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A coisa julgada permanece limitada ao território do órgão julgador, embora as ações conexas devam ser reunidas no juízo que primeiro proferir decisão de mérito sobre a controvérsia coletiva.
- (B) As ações de alcance nacional competem ao Distrito Federal, e a sentença produz efeitos nacionais quando o pedido menciona expressamente beneficiários domiciliados em todas as unidades da Federação.
- (C) A limitação territorial é inconstitucional, a competência segue a regra das ações nacionais ou regionais e o juízo que primeiro conheceu da causa fica prevento para julgar as conexas.
- (D) A diversidade de autores coletivos impede a prevenção, permitindo tramitação paralela em cada capital competente, com efeitos restritos aos substituídos domiciliados na área territorial do respectivo órgão julgador.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO NORTE/ES
Concurso Público nº 001/2026 – Edital nº 001/2026

EM BRANCO

EM BRANCO